



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000314-89.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**
 Requerente: **Banco do Brasil S/A**
 Requerido: **ADELINO ANTONIO BIANCARDI e outro**

Vistos.

BANCO DO BRASIL S. A. ajuizou ação monitória contra ADELINO ANTONIO BIANCARDI e RENATO CARARETTO BIANCARDI, dizendo-se credor da importância de R\$ 103.398,79, correspondente a saldo devedor de contrato de abertura de crédito.

Citado, Adelino opôs embargos ao mandado monitório, arguindo carência de ação, por impropriedade da via eleita, e improcedência da cobrança, haja vista as irregularidades e nulidades cometidas pelo autor.

Em réplica, o autor insistiu no acolhimento da pretensão inicial.

Determinou-se ao autor prestar esclarecimento, mas manteve-se inerte.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O autor se diz credor da importância de R\$ 103.398,79, correspondente a saldo devedor mantido pelo réu, em conta bancária, em decorrência de contrato de abertura de crédito denominado BB Giro Empresa flex. O contrato foi firmado em 20 de julho de 2011, para vencimento em 14 de julho de 2012.

Limitou-se a exibir extratos de movimentação da conta, a partir de abril de 2012, os quais mostram evolução com saldo positivo de R\$ 3.418,36, em 30 de março de 2012, e saldo final também positivo, de R\$ 1.423,31, em 31 de maio de 2012 (fls. 37).

Foi-lhe determinado a fls. 94, justificar a cobrança do tal saldo devedor, mas manteve-se inerte.

Os extratos juntados mostram lançamentos a débito e a crédito, mas não apontam o suposto saldo devedor.

Se o autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo de seu direito (Vicente Greco Filho, Direito Processual Civil Brasileiro, Ed. Saraiva, 1989, 2º volume, página 183).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Diante do exposto, rejeito o pedido monitório e condeno o autor ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono do réu embargante, fixados por equidade em 10% do valor da causa, corrigido monetariamente desde a época do ajuizamento.

P.R.I.

São Carlos, 07 de novembro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**